

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	41
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	404.454
Preferenciais	122.812
Total	527.266
Em Tesouraria	
Ordinárias	810
Preferenciais	5
Total	815

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	3.883.534	3.795.562
1.01	Ativo Circulante	938.234	885.248
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	214.963	145.925
1.01.03	Contas a Receber	562.330	641.108
1.01.03.01	Clientes	562.330	641.108
1.01.04	Estoques	12.536	12.755
1.01.06	Tributos a Recuperar	27.000	17.839
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	27.000	17.839
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.857	7.105
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	114.548	60.516
1.02	Ativo Não Circulante	2.945.300	2.910.314
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.474.505	1.436.021
1.02.01.03	Contas a Receber	115.530	117.908
1.02.01.03.01	Clientes	115.530	117.908
1.02.01.06	Tributos Diferidos	199.458	207.525
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	199.458	207.525
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.159.517	1.110.588
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	58.252	49.051
1.02.01.09.04	Tributos a compensar	20.938	20.770
1.02.01.09.06	Ativo financeiro da concessão	1.055.455	1.019.658
1.02.01.09.07	Outros créditos	24.872	21.109
1.02.03	Imobilizado	23.539	25.063
1.02.04	Intangível	1.447.256	1.449.230
1.02.04.01	Intangíveis	1.447.256	1.449.230

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	3.883.534	3.795.562
2.01	Passivo Circulante	924.583	862.992
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	22.299	30.063
2.01.02	Fornecedores	332.024	442.112
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	332.024	442.112
2.01.03	Obrigações Fiscais	109.124	81.963
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	55.646	44.048
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	9.740	0
2.01.03.01.02	Programa de integração social - PIS	6.088	5.925
2.01.03.01.03	Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	22.257	21.399
2.01.03.01.04	PIS COFINS parcelamento	9.764	9.507
2.01.03.01.05	Outras obrigações fiscais	7.797	7.217
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	53.478	37.915
2.01.03.02.01	Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	53.478	37.915
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	86.204	47.295
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	19.441	19.848
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	19.441	19.848
2.01.04.02	Debêntures	66.763	27.447
2.01.05	Outras Obrigações	315.819	207.830
2.01.05.02	Outros	315.819	207.830
2.01.05.02.04	Taxas regulamentares	45.496	51.825
2.01.05.02.05	Passivo financeiro setorial	221.921	95.629
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	48.402	60.376
2.01.06	Provisões	59.113	53.729
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	26.084	21.715
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	16.866	11.919
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	9.218	9.796
2.01.06.02	Outras Provisões	33.029	32.014
2.01.06.02.04	Provisões regulatórias	32.901	31.886
2.01.06.02.05	Outras provisões	128	128
2.02	Passivo Não Circulante	1.511.347	1.510.940
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.129.221	1.133.553
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	41.642	47.180
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	41.642	47.180
2.02.01.02	Debêntures	1.087.579	1.086.373
2.02.02	Outras Obrigações	342.930	344.397
2.02.02.02	Outros	342.930	344.397
2.02.02.02.03	Entidade de previdência provada	75.909	74.830
2.02.02.02.04	Passivo financeiro setorial	25.375	33.449
2.02.02.02.06	Impostos, taxas e contribuições	25.096	26.814
2.02.02.02.07	Outras contas a pagar	86.415	80.156
2.02.02.02.08	Fornecedor	130.135	129.148
2.02.04	Provisões	39.196	32.990
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	39.196	32.990
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	14.742	14.289

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	19.718	16.230
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	4.736	2.471
2.03	Patrimônio Líquido	1.447.604	1.421.630
2.03.01	Capital Social Realizado	1.386.558	1.386.558
2.03.02	Reservas de Capital	3.564	3.564
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	1.089	1.089
2.03.02.03	Alienação de Bônus de Subscrição	2.475	2.475
2.03.04	Reservas de Lucros	93.320	87.947
2.03.04.01	Reserva Legal	59.302	59.302
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	42.074	36.701
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-8.056	-8.056
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	20.601	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-56.439	-56.439

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	766.497	698.016
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-631.571	-628.666
3.02.01	Custo com energia elétrica	-456.969	-481.297
3.02.02	Custo de operação	-89.939	-79.581
3.02.03	Custo de serviço prestado a terceiros	-84.663	-67.788
3.03	Resultado Bruto	134.926	69.350
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-59.936	-67.199
3.04.01	Despesas com Vendas	-18.880	-28.326
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-33.949	-31.772
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-7.107	-7.101
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	74.990	2.151
3.06	Resultado Financeiro	-31.210	-34.781
3.06.01	Receitas Financeiras	21.772	37.210
3.06.02	Despesas Financeiras	-52.982	-71.991
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	43.780	-32.630
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-17.806	11.069
3.08.01	Corrente	-9.740	0
3.08.02	Diferido	-8.066	11.069
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	25.974	-21.561
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	25.974	-21.561
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	48,14000	-71,51000
3.99.01.02	PN	52,96000	-71,51000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	25.974	-21.561
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-1.766
4.03	Resultado Abrangente do Período	25.974	-23.327

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	146.026	64.751
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	154.572	60.258
6.01.01.01	Lucro ou prejuízo antes dos tributos sobre o lucro	43.780	-32.630
6.01.01.02	Amortização	35.896	34.512
6.01.01.03	Atualização do ativo financeiro da concessão	-8.139	-22.799
6.01.01.04	Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	8.272	5.526
6.01.01.05	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.027	14.038
6.01.01.06	Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	51.907	58.781
6.01.01.07	Receita de aplicação financeira em investimento de curto prazo	0	-3.181
6.01.01.08	Despesa/Receita com entidade de previdência privada	2.631	1.104
6.01.01.09	Perda (ganho) na baixa de não circulante	12.198	4.888
6.01.01.10	Ações e opções de ações outorgadas	0	19
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.560	106.206
6.01.02.01	Consumidores, concessionárias e permissionárias	72.873	2.857
6.01.02.02	Tributos a compensar	-3.849	-1.762
6.01.02.03	Almoxarifado	219	802
6.01.02.04	Depósitos judiciais	-8.383	-480
6.01.02.05	Ativo financeiro setorial	0	266.678
6.01.02.06	Contas a receber - Eletrobrás	-52.540	-1.646
6.01.02.07	Outros ativos operacionais	-5.007	-1.646
6.01.02.08	Fornecedores	-112.838	-89.447
6.01.02.09	Outras obrigações com entidades de previdência privada	-1.552	-1.625
6.01.02.10	Passivo financeiro setorial	117.105	0
6.01.02.11	Outros tributos e contribuições sociais	15.642	-3.382
6.01.02.12	Taxas regulamentares	-6.329	-22.000
6.01.02.13	Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos	-2.841	-5.333
6.01.02.14	Contas a pagar - CDE	-4.083	-20.452
6.01.02.15	Outros passivos operacionais	-10.977	-16.358
6.01.03	Outros	-5.986	-101.713
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	-5.480	-3.339
6.01.03.02	Encargos de dívidas e debêntures pagos	-506	-98.374
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-72.411	-184.041
6.02.01	Titulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados	0	-678
6.02.02	Aplicações e resgates de investimento de curto prazo	0	-118.791
6.02.03	Adições de intangível	-72.411	-64.572
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-4.577	117.412
6.03.01	Amortização de principal de empréstimos e debêntures	-4.707	-149.438
6.03.02	Aumento de capital	0	295.455
6.03.03	Outros	130	-28.605
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	69.038	-1.878
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	145.925	22.302
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	214.963	20.424

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.386.558	3.564	87.947	0	-56.439	1.421.630
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.386.558	3.564	87.947	0	-56.439	1.421.630
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	25.974	0	25.974
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	25.974	0	25.974
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	5.373	-5.373	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	5.373	-5.373	0	0
5.07	Saldos Finais	1.386.558	3.564	93.320	20.601	-56.439	1.447.604

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	463.235	5.761	489.716	0	-23.950	934.762
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	463.235	5.761	489.716	0	-23.950	934.762
5.04	Transações de Capital com os Sócios	295.455	19	0	0	0	295.474
5.04.01	Aumentos de Capital	295.455	0	0	0	0	295.455
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	0	0	0	0	19
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	19	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-21.561	-1.766	-23.327
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-21.561	0	-21.561
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.766	-1.766
5.07	Saldos Finais	758.690	5.780	489.716	-21.561	-25.716	1.206.909

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	1.200.520	1.143.496
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.123.884	1.089.746
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	84.663	67.788
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-8.027	-14.038
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-628.726	-633.985
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-503.335	-528.612
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-101.884	-86.762
7.02.04	Outros	-23.507	-18.611
7.03	Valor Adicionado Bruto	571.794	509.511
7.04	Retenções	-35.896	-34.512
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-35.896	-34.512
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	535.898	474.999
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	21.772	37.210
7.06.02	Receitas Financeiras	21.772	37.210
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	557.670	512.209
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	557.670	512.209
7.08.01	Pessoal	58.814	55.536
7.08.01.01	Remuneração Direta	43.791	42.730
7.08.01.02	Benefícios	11.601	10.503
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.422	2.303
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	413.705	401.739
7.08.02.01	Federais	98.998	72.792
7.08.02.02	Estaduais	314.457	328.699
7.08.02.03	Municipais	250	248
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	59.177	76.495
7.08.03.01	Juros	52.982	71.991
7.08.03.02	Aluguéis	6.195	4.504
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	25.974	-21.561
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	25.974	-21.561

Comentário do Desempenho

Comentário de Desempenho

Análise de Resultados – RGE Sul

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

	1º Trimestre		
	2017	2016	Variação
Receita operacional bruta	1.350.568	1.406.526	-4,0%
Fornecimento de energia elétrica	1.169.932	1.344.888	-13,0%
Suprimento de energia elétrica	17.641	6.254	182,1%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	84.663	67.788	24,9%
Outras receitas operacionais	195.105	142.867	36,6%
Ativo e passivo financeiro setorial	(116.773)	(155.271)	-24,8%
Deduções da receita operacional	(584.071)	(708.510)	-17,6%
Receita operacional líquida	766.497	698.016	9,8%
Custo com energia elétrica	(456.969)	(481.297)	-5,1%
Energia comprada para revenda	(419.167)	(398.145)	5,3%
Encargo de uso do sist transm distrib	(37.802)	(83.152)	-54,5%
Despesa operacional	(234.538)	(214.568)	9,3%
Pessoal	(41.692)	(36.895)	13,0%
Entidade de previdência privada	(2.631)	(1.104)	138,3%
Material	(8.723)	(10.017)	-12,9%
Serviço de terceiros	(30.559)	(29.440)	3,8%
Depreciação/amortização	(35.896)	(34.512)	4,0%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(84.663)	(67.788)	24,9%
Outros	(30.374)	(34.812)	-12,7%
Resultado do serviço	74.990	2.151	3386,3%
Resultado financeiro	(31.210)	(34.781)	-10,3%
Receitas financeiras	21.772	37.210	-41,5%
Despesas financeiras	(52.982)	(71.991)	-26,4%
Resultado antes dos tributos	43.780	(32.630)	-234,2%
Contribuição social	(4.761)	2.945	-261,7%
Imposto de renda	(13.045)	8.124	-260,6%
Resultado Líquido do Período	25.974	(21.561)	-220,5%
Lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas controladores	25.974	(21.561)	-220,5%
EBITDA	110.886	36.663	202,4%

Receita operacional bruta

A receita operacional bruta no 1º trimestre de 2017 foi de R\$ 1.350.568, apresentando redução de 4,0% (R\$ 55.958) quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado, devido ao custo correspondente no mesmo valor), a receita operacional bruta seria de R\$ 1.265.905, apresentando uma redução de 5,4% (R\$ 72.833) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

- i. **Fornecimento de energia elétrica:** redução de 13,0% (R\$ 174.956), principalmente pelas reduções: (i) de 5,16% na tarifa média em função da aplicação da bandeira tarifária vermelha nos meses de janeiro e fevereiro e amarela em março de 2016, e verde nos meses de janeiro e fevereiro e amarela em março de 2017 associado a (ii) movimentação da renda não faturada.
- ii. **Suprimento de energia elétrica:** aumento de 182,1% (R\$ 11.387), principalmente pelo aumento no volume de energia elétrica comercializada no curto prazo,

Comentário do Desempenho

compensado parcialmente pelas recontabilizações de operações realizadas na CCEE de períodos anteriores.

- iii. **Outras receitas operacionais:** aumento de 36,6% (R\$ 52.238) basicamente pelos aumentos em: (i) subvenções baixa renda e descontos tarifários com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") (R\$ 18.964), (ii) receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD (R\$ 35.883) em função principalmente do reajuste tarifário e migração de clientes livres para o ambiente de contratação livre e e (iii) outras receitas e rendas (R\$ 12.051), compensados pelas reduções em (iv) atualização do ativo financeiro da concessão (R\$ 14.660).
- iv. **Ativo e passivo financeiro setorial:** redução de despesa de 24,8% (38.498) principalmente: (i) diferimento do custo de energia e encargos de ESS e CDE, Neutralidade, associado a (ii) amortização dos ativos e passivos homologados.

Quantidade de energia vendida

No 1º trimestre de 2017, a quantidade de energia faturada para consumidores cativos no período, incluindo outras permissionárias, foi menor em 6,0% quando comparada com o mesmo trimestre do ano anterior.

O consumo da classe residencial representa 38,6% do total do mercado total fornecido pela distribuidora. O consumo no 1º trimestre de 2017 teve um aumento de 5,3% em relação ao mesmo período do ano anterior principalmente em função do crescimento vegetativo.

A classe comercial, que representa 16,4% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou uma queda de consumo de 5,3% no consumo no 1º trimestre de 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente em função do fraco resultado da economia, refletindo, inclusive, na queda na quantidade de consumidores em 5,6%.

A classe industrial, que representa 10,3% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de 47,3% no 1º trimestre de 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho é consequência direta do fraco resultado da atividade industrial do Estado do Rio Grande do Sul e, principalmente pelo efeito de movimentação de clientes para o mercado livre.

As demais classes de consumo (rural, poder público, iluminação pública, serviço público e permissionárias) participam com 34,7% do mercado total fornecido pelas distribuidoras. Estas classes apresentaram crescimento de 5,5% no 1º trimestre de 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado reflete o aumento do consumo da classe rural, influenciado pelo índice pluviométrico menor no 1º trimestre de 2017 em comparação com o mesmo período no ano anterior.

Em relação à quantidade de energia vendida e transportada na área de concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado (mercado cativo) como a cobrança da TUSD (mercado livre), houve crescimento de 0,8% quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional no 1º trimestre de 2017 foram de R\$ 584.071 apresentando uma redução de 17,6% (R\$ 124.439) em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente pelas reduções: (i) bandeiras tarifárias (R\$ 54.608), (ii) ICMS (R\$ 13.760) decorrente da redução no fornecimento faturado; (iii) CDE (R\$ 62.278), decorrente de nova cota determinada pela Aneel, compensados parcialmente pelo aumento em: (iv) PIS e COFINS (R\$ 2.304) em virtude do efeito líquido entre a redução na base de cálculo e o aumento do ajuste de alíquota efetiva, (v) PROINFA (R\$ 3.247) e (vi) outros (R\$ 656).

Custo com energia elétrica

No 1º trimestre de 2017 o custo com energia elétrica foi de R\$ 456.969 apresentando uma redução de 5,1% (R\$ 24.328) em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação deve-se basicamente:

Comentário do Desempenho

- **Energia comprada para revenda**

O custo com energia comprada para revenda foi de R\$ 419.167 apresentando aumento de 5,3% (R\$ 21.022) em função: (i) aumento de 14,8% no preço médio (R\$ 51.038), parcialmente compensados pela (ii) redução do volume em 8,3% (R\$ 27.435) e (iii) crédito de PIS e COFINS (R\$ 2.581).

- **Encargos do uso do sistema de distribuição**

Os encargos de uso do sistema de distribuição foram de R\$ 37.802, apresentando redução de 54,5% (R\$ 45.350), impactado principalmente pela redução no (i) encargo de serviço do sistema (ESS) (R\$ 42.573) e (ii) encargo de energia de reserva (EER) (R\$ 11.707), compensados parcialmente pelo aumento no (iii) encargo de rede básica (R\$ 3.847), (iv) encargo de conexão e transporte de Itaipú (R\$ 1.553) e (v) crédito de PIS e COFINS (R\$ 3.530).

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais atingiram R\$ 234.538 no 1º trimestre de 2017, apresentando um aumento de 9,3% (R\$ 19.970) quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado), os custos e despesas operacionais seriam de R\$ 149.875, apresentando aumento de 2,1% (R\$ 3.095).

Os principais efeitos nesse grupo devem-se principalmente a:

- **Despesas operacionais gerenciáveis**

São representadas pelos custos com pessoal, entidade de previdência privada, material, serviços de terceiros e outros, que totalizaram o montante de R\$ 113.979 neste trimestre, um aumento de 1,5% (R\$ 1.711) em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação deve-se principalmente aos seguintes fatores:

- Pessoal e entidade de previdência privada:** aumento de 16,6% (R\$ 6.324), principalmente pelos efeitos do acordo coletivo de trabalho e da apropriação do custo de mão de obra própria no custo de construção de infraestrutura de concessão; e pelo registro dos impactos do laudo atuarial do período de 2017.
- Outros:** redução de 4,0% (R\$ 4.438), principalmente em: (i) provisão para créditos de liquidação duvidosa (R\$ 6.011) e (ii) multas regulatórias (R\$ 4.819), compensados parcialmente pelo aumento em: (iii) provisões legais, judiciais e indenizações (R\$ 3.896); (iv) despesas arrendamento e aluguéis (R\$ 879); (v) despesas com publicidade e propaganda (R\$ 574); (vi) outros (R\$ 1.043).

Amortização

Aumento de despesa de amortização de 4,0% (R\$ 1.384), basicamente em função do incremento de investimentos na base do ativo intangível.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido neste trimestre apresentou uma despesa de R\$ 31.210, uma redução de 10,3% (R\$ 3.571) em relação ao mesmo período do ano anterior.

- **Receitas financeiras:** redução de 41,5% (R\$ 15.438), principalmente: (i) variação monetária sobre faturas de energia elétrica (R\$ 3.950) e (ii) atualização de ativo financeiro setorial (R\$ 11.599).

Comentário do Desempenho

- **Despesas financeiras:** redução de 26,4% (R\$ 19.009), principalmente pela redução em encargos e atualizações monetárias e cambiais sobre empréstimos, debêntures (R\$ 21.859), parcialmente compensada pelo aumento nas despesas de atualização monetária e cambial (R\$ 2.732).

Contribuição Social e Imposto de Renda

A tributação sobre o lucro relativo à contribuição social e imposto de renda apurado neste trimestre foi de R\$ 17.806, apresentando um aumento na despesa de R\$ 28.875 em relação ao mesmo período do ano anterior, reflexo do aumento da base tributável do período.

Resultado líquido do período e EBITDA

Com base nos fatores expostos, a Companhia apresentou neste trimestre um lucro líquido de R\$ 25.974, com aumento de 220,5% (R\$ 47.535), em relação ao resultado apurado no mesmo período do ano anterior.

O EBITDA (resultado líquido do período, excluindo os efeitos da amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) neste trimestre foi de R\$ 110.886, representando um aumento de 202,4% (R\$ 74.223) em relação ao mesmo período do ano anterior.

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 31 DE MARÇO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. (“RGE Sul” ou “Companhia”), é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede da Companhia está localizada na Rua Dona Laura, 320 – 6º e 10º andar, Bairro Rio Branco, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos, até 06 de novembro de 2027, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 118 municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Entre os principais estão Canoas, São Leopoldo, Novo Hamburgo e Santa Maria, atendendo a aproximadamente 1,3 milhões de consumidores (informações não examinadas pelos auditores independentes).

(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de preparação

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e também com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - (CVM), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 e, portanto, devem ser analisadas em conjunto.

A administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a conclusão destas informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração em 04 de maio de 2017.

Notas Explicativas

2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo, ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, e iii) ativos financeiros disponíveis para venda mensurados ao valor justo. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 29 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias;
- Nota 8 – Ativo e passivo financeiro setorial;
- Nota 9 – Créditos fiscais diferidos;
- Nota 10 – Ativo financeiro da concessão;
- Nota 11 – Outros créditos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa);
- Nota 12 – Intangível e redução ao valor recuperável;
- Nota 16 – Entidade de previdência privada;
- Nota 19 – Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios e depósitos judiciais;
- Nota 23 – Receita operacional líquida;
- Nota 24 – Custo com energia elétrica; e
- Nota 30 – Instrumentos financeiros.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma). O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico

Notas Explicativas

CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.6 Reclassificações nas informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2016

A Administração da Companhia efetuou reclassificações na demonstração do resultado, demonstração de valor adicionado e demonstração do fluxo de caixa para o período findo em 31 de março de 2016, para refletir a apresentação dessas demonstrações contábeis intermediárias no período corrente.

As reclassificações realizadas, com base nas orientações do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, encontram-se descritas a seguir:

- a. Reclassificação para adequação do agrupamento e nomenclatura das classes contábeis à estrutura apresentada pela sua controladora;
- b. Reclassificação para apresentação das despesas de acordo com a sua função, na demonstração do resultado do exercício;
- c. Reclassificação para apresentação do caixa gerado nas atividades operacionais a partir do prejuízo antes dos impostos, na demonstração do fluxo de caixa;
- d. Reclassificação dos encargos regulamentares da concessão para o grupo 1 - Receitas em função da estrutura tarifária, na demonstração do valor adicionado.

As reclassificações não alteraram os saldos do balanço patrimonial, demonstração do resultado e demonstração da mutação do patrimônio líquido.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

1º Trimestre 2016

	Saldo originalmente apresentado	Ref.	Reclassificações	Saldo reclassificado
Receita operacional líquida	698.016		-	698.016
Custo do serviço de energia elétrica				
Energia elétrica comprada para revenda	(381.862)	a	(99.435)	(481.297)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfra	(16.284)	a	16.284	-
Encargos do uso do sistema de transmissão	(83.153)	a	83.153	-
Custos de operação	-	b	(79.581)	(79.581)
Custo do serviço prestado a terceiros	-	b	(67.788)	(67.788)
Despesas com vendas	-	b	(28.326)	(28.326)
Despesas gerais e administrativas	-	b	(31.772)	(31.772)
Outras despesas operacionais	-	b	(7.101)	(7.101)
Pessoal e administradores	(41.615)	b	41.615	-
Entidade de previdência privada	(1.043)	b	1.043	-
Serviços de terceiros	(30.694)	b	30.694	-
Material	(5.356)	b	5.356	-
Custo de construção	(67.788)	b	67.788	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	(14.038)	b	14.038	-
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	(4.253)	b	4.253	-
Depreciação e amortização	(34.512)	b	34.512	-
Outros custos	(15.267)	b	15.267	-
Total dos custos operacionais	(695.865)		-	(695.865)
Resultado do serviço	2.151		-	2.151
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	37.965	a	(755)	37.210
Despesas financeiras	(73.679)	a	1.688	(71.991)
Variações cambiais, líquidas	933	a	(933)	-
	(34.781)		-	(34.781)
Prejuízo antes dos tributos	(32.630)		-	(32.630)
Contribuição social	-	a	(14)	2.945
Imposto de renda	-	a	(15)	8.124
Contribuição social diferida	2.945	a	14	-
Imposto de renda diferido	8.124	a	15	-
	11.069		-	11.069
Prejuízo líquido do exercício	(21.561)		-	(21.561)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

1º Trimestre 2016

	Saldo originalmente apresentado	Ref.	Reclassificações	Saldo reclassificado
1. RECEITAS	1.350.325	a / d	(206.829)	1.143.496
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(634.036)	a	51	(633.985)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	716.289		(206.778)	509.511
4. RETENÇÕES	(34.512)		-	(34.512)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	681.777		(206.778)	474.999
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	37.957	a	(747)	37.210
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	719.734		(207.525)	512.209
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	719.734		(207.525)	512.209
Empregados (Colaboradores)	48.247	a	7.289	55.536
Tributos (Governo)	615.806		(214.067)	401.739
Federais	286.629	a	(213.837)	72.792
Estaduais	328.929		(230)	328.699
Municipais	248		-	248
Remuneração de capital de terceiros	77.242	a	(747)	76.495
Remuneração de capital próprio	(21.561)		-	(21.561)

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	1º Trimestre 2016			
	Originalmente apresentado	Ref.	Reclassificações	Reclassificado
Atividades operacionais:				
Resultado líquido do período	(21.561)	c	21.561	-
Prejuízo antes dos impostos	-	c	(32.630)	(32.630)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa				
Depreciação e amortização	34.512		-	34.512
Variações monetárias e cambiais	(4.488)	a	4.488	-
Atualização do ativo financeiro da concessão	(22.799)		-	(22.799)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	14.038		-	14.038
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	5.526		-	5.526
Custo de empréstimos (encargos de dívidas)	63.700	a	(4.919)	58.781
Fundo de pensão - Deliberação CVM 695	1.104		-	1.104
Receita aplicação financeira em investimento de curto prazo	(3.181)		-	(3.181)
Baixa de ativo financeiro, intangível de concessão e imobilizado	4.888		-	4.888
Tributos e contribuições sociais diferidos	(11.069)	a	11.069	-
Ações e opções de ações outorgadas	19		-	19
Variações nos ativos e passivos:				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(5.553)	a	8.410	2.857
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	(2.168)	a	2.168	-
Outros tributos compensáveis	246	a	(2.008)	(1.762)
Devedores diversos	-	a	-	-
Almoxarifado	802		-	802
Depósitos judiciais	-	a	(480)	(480)
Contas a receber - acordos	(1.546)	a	1.546	-
Despesas pagas antecipadamente	24	a	(24)	-
Contas a receber - Eletrobrás	-	a	(1.646)	(1.646)
Outros créditos	1.505	a	(3.151)	(1.646)
Ativo financeiro setorial, líquido	266.678		-	266.678
Fornecedores	(90.269)		822	(89.447)
Outras obrigações com entidades de previdência privada	-	a	(1.625)	(1.625)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	a	-	-
Outros tributos a pagar	(3.523)	a	141	(3.382)
Pagamento de processos judiciais e outros	(5.333)		-	(5.333)
Obrigações sociais e trabalhistas	1.453	a	(1.453)	-
Obrigações estimadas	-	a	-	-
Encargos setoriais	(40.878)	a	18.878	(22.000)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	-	a	-	-
Contas a pagar CDE	-	a	(20.452)	(20.452)
Outras obrigações	(17.077)	a	719	(16.358)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	3.039	a	(3.039)	-
Custo de transação (prêmio debenturistas)	-	a	-	-
Pagamento de obrigações com entidade de previdência privada	(1.625)	a	1.625	-
Caixa gerado nas atividades operacionais	166.464		-	166.464
Juros pagos (encargos de dívidas)	(98.374)		-	(98.374)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(3.339)	a	-	(3.339)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	64.751		-	64.751
Atividades de investimentos:				
Adições para ativos financeiros e intangíveis da concessão	(74.745)	a	10.173	(64.572)
Consumidores - Participação financeira	10.173	a	(10.173)	-
Aplicações em investimento de curto prazo	(1.154.312)	a	1.154.312	-
Resgates de investimento de curto prazo	1.035.521	a	(1.035.521)	-
Aplicações e resgates de investimentos de curto prazo	-	a	(118.791)	(118.791)
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	(678)	a	-	(678)
Caixa líquido usado das atividades de investimentos	(184.041)		-	(184.041)
Atividades de financiamentos:				
Ingressos de novos empréstimos e debêntures	-		-	-
Aumento de capital	295.455		-	295.455
Pagamento de empréstimos - principal	(149.438)		-	(149.438)
Custo de empréstimos	(27.576)	a	27.576	-
Pagamento de obrigações por arrendamento financeiro	(1.029)	a	1.029	-
Outros	-	a	(28.605)	(28.605)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	117.412		-	117.412
Varição no caixa líquido da Companhia	(1.878)		-	(1.878)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	22.302		-	22.302
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	20.424		-	20.424

Notas Explicativas

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas nas notas explicativas 3.1 a 3.14, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos destacados abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Desta forma, a Companhia determina o valor justo conforme CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado sob condições atuais de mercado na data de mensuração.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBOVESPA S.A. e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 29) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda referem-se ao direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos, consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ("ANEEL"). Esta base de avaliação é utilizada para precificação da tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar a base original ao respectivo valor justo nas datas subsequentes, em consonância com o processo de revisão tarifária.

Notas Explicativas

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalente de caixa	31/03/2017	31/12/2016
Saldos bancários	3.139	25.717
Aplicações financeiras	211.824	120.208
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	1.226	12.036
Certificado de depósito bancário (b)	12.222	27.847
Fundos de investimento (c)	198.376	80.325
Total	214.963	145.925

a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente, que são remunerados diariamente através de uma aplicação em operações compromissadas com lastro em debêntures e remuneração de 10% da variação da taxa SELIC.

b) Corresponde a operações de curto prazo em CDB's e debêntures compromissadas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 99,7% do CDI (100,7% em 2016).

c) Representa valores aplicados em Fundos Exclusivos do Grupo CPFL S.A., com liquidez diária e remuneração equivalente, na média, a 101,6 % do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB's, letras financeiras e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito.

(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/03/2017	31/12/2016
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	117.504	79.645	7.077	204.226	159.090
Industrial	10.149	9.598	8.058	27.805	30.227
Comercial	35.636	17.081	10.685	63.402	54.859
Rural	19.297	10.904	3.228	33.429	35.417
Poder público	11.476	5.990	3.002	20.468	15.621
Iluminação pública	7.407	1.248	239	8.894	8.600
Precatórios	4.709	-	-	4.709	4.709
Serviço público	10.048	14	4	10.066	9.549
Faturado	216.226	124.480	32.293	372.999	318.072
Não faturado	157.527	-	-	157.527	198.704
Parcelamento de débito de consumidores	29.459	3.271	7.200	39.930	39.412
Operações realizadas na CCEE	13.739	-	3.020	16.759	113.785
Exposição decorrente de preços entre submercados (nota 30)	-	-	437.800	437.800	437.800
Provisão para perda com créditos decorrentes de preços entre submercados (nota 30)	-	-	(437.800)	(437.800)	(437.800)
Concessionárias e permissionárias	3.702	-	-	3.702	3.311
Outros	5.908	5.082	1.302	12.292	12.280
	426.561	132.833	43.815	603.209	685.564
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(40.879)	(44.456)
				562.330	641.108
Não circulante					
Precatórios	86.854	-	-	86.854	90.704
Parcelamento de débito de consumidores	51.963	-	-	51.963	54.704
Outros	169	-	-	169	110
	138.986	-	-	138.986	145.518
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(23.456)	(27.610)
				115.530	117.908

Notas Explicativas

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”)

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros créditos (nota 11)	Total
Saldo em 31/12/2016	(72.066)	(15.495)	(87.561)
Provisão revertida (constituída)	(8.027)	-	(8.027)
Baixa de contas a receber provisionadas	15.758	-	15.758
Saldo em 31/03/2017	(64.335)	(15.495)	(79.830)
Circulante	(40.879)	(15.495)	(56.374)
Não Circulante	(23.456)	-	(23.456)

(7) TRIBUTOS A COMPENSAR

	31/03/2017	31/12/2016
<u>Circulante</u>		
Antecipações de contribuição social - CSLL	1.413	590
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	4.067	1.590
Imposto de renda e contribuição social a compensar	2.323	2.263
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	5.246	5.245
ICMS a compensar	13.660	7.959
Outros	291	192
Total	27.000	17.839
<u>Não circulante</u>		
Contribuição social a compensar - CSLL	671	671
ICMS a compensar	16.179	16.076
PIS e COFINS a compensar	4.088	4.023
Total	20.938	20.770

Notas Explicativas**(8) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL**

A composição dos saldos e a movimentação do período do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2016	Receita operacional		Resultado financeiro	Recebimento	Saldo em 31/03/2017
		Constituição	Realização	Atualização monetária (nota 26)	Via bandeira tarifária (nota 23.4)	
Parcela "A"	(71.306)	(76.117)	(76.915)	2.711	(332)	(221.959)
CVA (*)	-	-	-	-	-	-
CDE (**)	(16.089)	(25.039)	(24.745)	3.734	-	(62.139)
Custos energia elétrica	(148.887)	15.549	12.368	(550)	(268)	(121.788)
ESS e EER (***)	(100.514)	(48.645)	15.344	(3.911)	(64)	(137.790)
Proinfra	1.123	(2.766)	(955)	18	-	(2.580)
Rede básica	11.366	6.118	(643)	452	-	17.293
Repasse de Itaipu	106.395	3.587	(58.095)	3.431	-	55.318
Transporte de Itaipu	2.669	317	(772)	102	-	2.316
Neutralidade dos encargos setoriais	69.679	(27.093)	(19.637)	(412)	-	22.537
Sobrecontratação	2.952	1.855	220	(153)	-	4.874
Outros componentes financeiros	(57.772)	(1.413)	37.672	(3.824)	-	(25.337)
Receita diferida RTE - RN ANEEL 1.858/2015	(44.348)	-	35.985	(3.368)	-	(11.731)
Outros	(13.424)	(1.413)	1.687	(456)	-	(13.606)
Total	(129.078)	(77.530)	(39.243)	(1.113)	(332)	(247.296)
Ativo circulante	-	-	-	-	-	-
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-
Passivo circulante	(95.629)	-	-	-	-	(221.921)
Passivo não circulante	(33.449)	-	-	-	-	(25.375)

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargos de energia de reserva ("EER")

Os detalhes sobre a natureza de cada ativo e passivo financeiro setorial estão descritos na nota 8 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

(9) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS**9.1- Composição dos créditos fiscais:**

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Crédito de contribuição social</u>		
Bases negativas	41.438	42.564
Diferenças temporariamente indedutíveis	11.359	12.369
Subtotal	52.797	54.933
<u>Crédito de imposto de renda</u>		
Prejuízos fiscais	115.109	118.235
Diferenças temporariamente indedutíveis	31.552	34.357
Subtotal	146.661	152.592
Total	199.458	207.525

Notas Explicativas

9.2 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis:

	31/03/2017		31/12/2016	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	9.351	25.974	8.863	24.620
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.185	19.957	7.881	21.890
Registro da concessão - ajuste do intangível (CPC)	597	1.658	611	1.698
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro (CPC)	(13.745)	(38.182)	(13.013)	(36.147)
Perdas atuariais (CPC)	(864)	(2.401)	(962)	(2.671)
Outros	1.139	3.168	1.293	3.589
Diferenças temporariamente indedutíveis - resultado abrangente acumulado				
Perdas atuariais (CPC)	7.696	21.378	7.696	21.378
Total	11.359	31.552	12.369	34.357

9.3 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016:

	1º Trimestre 2017		1º Trimestre 2016	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	43.780	43.780	(32.630)	(32.630)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Despesas não dedutíveis	8.887	8.887	103	103
Contribuições e doações não dedutíveis	236	236	45	45
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	-	-	19	19
Base de cálculo	52.903	52.903	(32.463)	(32.463)
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	4.761	13.226	(2.922)	(8.116)
Incentivos fiscais (PAT/Rouanet)	-	(175)	-	-
Ajustes de bases anteriores - outros	-	(6)	(23)	(8)
Total	4.761	13.045	(2.945)	(8.124)
Corrente	-	-	-	-
Diferido	4.761	13.045	(2.945)	(8.124)

(10) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2016	1.019.658
Adições	30.648
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa	8.139
Baixas	(2.990)
Saldo em 31/03/2017	1.055.455

O saldo refere-se ao valor justo do ativo financeiro, correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização, no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, a diferença para ajustar o saldo à expectativa de recebimento do fluxo de caixa, conforme valor justo (valor novo de reposição "VNR"), é registrada como contrapartida na conta de receita operacional, no resultado do exercício (nota 23).

Notas Explicativas**(11) OUTROS CRÉDITOS**

	Circulante		Não circulante	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Adiantamentos a fornecedores	909	159	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	987	1.386	-	-
Convênios de arrecadação	489	456	-	-
Ressarcimento de geradoras	7.735	7.611	-	-
Contas a receber - Eletrobrás	98.492	45.952	-	-
Adiantamento a funcionários	2.736	1.318	-	-
Arrendamento, aluguéis de postes e outras receitas	17.113	17.464	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(15.495)	(15.495)	-	-
Bens destinados a alienação	-	-	24.872	21.109
Outros	1.582	1.665	-	-
Total	114.548	60.516	24.872	21.109

Contas a receber – Eletrobrás: Referem-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 4.190 (R\$ 3.429 em 31 de dezembro de 2016); e (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 94.302 (R\$ 42.523 em 31 de dezembro de 2016) (nota 23).

(12) INTANGÍVEL

	Direito de concessão			Outros ativos intangíveis	Total
	Adquirido em combinações de negócio (*)	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Infraestrutura de distribuição - em curso		
Saldo em 31/12/2016	307.981	984.694	135.715	20.840	1.449.230
Custo histórico	802.164	1.297.163	135.715	25.357	2.260.399
Amortização acumulada	(494.183)	(312.469)	-	(4.517)	(811.169)
Adições	-	-	71.356	1.055	72.411
Amortização	(7.107)	(27.172)	-	(261)	(34.540)
Transferência - intangíveis	-	21.104	(21.104)	-	-
Transferência - ativo financeiro	-	-	(30.648)	-	(30.648)
Baixa e transferência - outros ativos	-	(621)	(8.576)	-	(9.197)
Saldo em 31/03/2017	300.874	978.005	146.743	21.634	1.447.256
Custo histórico	802.164	1.317.646	146.743	26.412	2.292.965
Amortização acumulada	(501.290)	(339.641)	-	(4.778)	(845.709)

(*) Refere-se ao ágio decorrente da incorporação da controladora AES Guaíba Empreendimentos Ltda.. A amortização deste ágio é efetuada pelo método linear conforme revisão do CPC 04 – Ativo Intangível.

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição (nota 25) estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de “amortização”.

Em conformidade com o CPC 20 (R1), os juros referentes aos empréstimos tomados pela Companhia são capitalizados para os ativos intangíveis qualificáveis. Na Companhia no período de três meses findo em 31 de março de 2017 foram capitalizados R\$ 810 (R\$ 983 no período de três meses findo em 31 de março de 2016) a uma taxa de 11,97% a.a. (11,97% a.a. em 2016) (nota 26).

Notas Explicativas

(13) FORNECEDORES

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Circulante		
Encargos de serviço de sistema	4.593	21.219
Suprimento de energia elétrica	252.548	330.081
Encargos de uso da rede elétrica	22.285	24.343
Materiais e serviços	52.598	66.469
Total	<u>332.024</u>	<u>442.112</u>
Não circulante		
Suprimento de energia elétrica (*)	130.135	129.148
Total	<u>130.135</u>	<u>129.148</u>

(*) Refere-se à comercialização de energia no âmbito da CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, vinculados ao processo de exposição decorrente de preços entre submercados (nota 30).

(14) ENCARGOS DE DÍVIDAS, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Remuneração a.a.	Condições de amortização	Garantias	31/03/2017			31/12/2016		
				Encargos . circulante e não circulante	Principal Circulante	Não circulante	Encargos . circulante e não circulante	Principal Circulante	Não circulante
Mensuradas ao custo									
Moeda nacional									
Outros									
Eletrobrás - Luz para todos 035/2004	Pré fixado 5%	120 parcelas mensais a partir de julho de 2007	Recebíveis	-	47	-	-	94	-
Eletrobrás - Luz para todos	Pré fixado 5%	parcelas mensais a partir de dezembro de 2008 a março de 2023	Fiança bancária	-	7.724	19.176	-	7.751	21.096
FINEP - 02.11.0364-00	Pré fixado 5%	81 parcelas mensais a partir de setembro de 2013	Fiança bancária	16	2.519	5.147	16	2.539	5.768
FINEP - 02.13.0257-00	TJLP	73 parcelas mensais a partir de maio de 2016	Fiança bancária	15	1.330	4.856	20	1.730	6.896
Arrendamento Mercantil	14%	130 meses a partir de dezembro 2015	-	-	9.211	15.297	-	9.179	16.585
Total moeda nacional - mensuradas ao custo				31	20.831	44.476	36	21.293	50.345
Subvenção governamental					(1.421)	(2.834)	-	(1.481)	(3.165)
Total				31	19.410	41.642	36	19.812	47.180

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

a partir de 01/04/2018	10.552
2019	13.457
2020	9.006
2021	6.254
2022	2.256
2023	117
Total	<u>41.642</u>

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira estão abaixo demonstrados:

Notas Explicativas

Indexador	Variação acumulada		% da dívida	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
TJLP	7,50	7,50	14,24	10,48
CDI	12,13	13,63	-	-
Pré-fixado	5,00	5,00	85,76	89,52
			<u>100,00</u>	<u>100,00</u>

(15) DEBÊNTURES E ENCARGOS DE DEBÊNTURES

	Quantidade em circulação	Remuneração a.a.	Taxa efetiva a.a.	Condições de amortização	Garantias	31/03/2017			31/12/2016		
						Encargos - circulante	Principal		Encargos - circulante	Principal	
						Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante	
4ª Emissão - Série Única - AESL14	110.000	114,50% do CDI	16,77%	02 Parcelas anuais a partir de outubro de 2019	Fiança da CPFL Energia	71.471	-	1.100.000	32.058	-	1.100.000
Gastos com Emissão (*)						(4.708)	-	(12.421)	(4.611)	-	(13.627)
						<u>66.763</u>	<u>-</u>	<u>1.087.579</u>	<u>27.447</u>	<u>-</u>	<u>1.086.373</u>

(*) Conforme CPC 08, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	
2019	540.259
2020	547.320
Total	1.087.579

Condições restritivas

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem da garantidora (controladora indireta CPFL Energia S.A.) a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Adicionalmente, os referidos contratos de debêntures contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme o último período de apuração. Os índices financeiros são os seguintes:

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA menor ou igual a 3,75, e
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A definição de EBITDA, para fins de apuração de *covenants* na garantidora CPFL Energia S.A., leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto, com base na participação societária detida pela garantidora naquelas empresas (tanto para EBITDA como ativos e passivos).

As debêntures estavam sujeitas à antecipação de seus vencimentos na ocorrência de quaisquer alterações na estrutura societária da Companhia, exceto se ao menos um dos seguintes acionistas da controladora indireta CPFL Energia S.A., Camargo Corrêa e Previ permanecesse de forma direta ou indiretamente no bloco de controle da Companhia.

Em função da mudança do controle acionário da controladora indireta CPFL Energia S.A., efetivada em janeiro de 2017, foi negociado previamente com os credores a não decretação dos vencimentos antecipados das referidas debêntures, os quais passaram a incluir a State Grid International Development Limited ou qualquer

Notas Explicativas

entidade controlada direta ou indiretamente pela State Grid Corporation of China como exceção para não antecipação dos seus vencimentos.

O não cumprimento das restrições mencionadas acima pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*) dependendo de cada contrato.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de março de 2017.

(16) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, cujas características estão descritas na nota 16 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

16.1- Movimentações do plano de benefício definido

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Passivo atuarial líquido em 31/12/2016	74.830
Despesas reconhecidas na demonstração do resultado	2.631
Contribuições da patrocinadora vertidas no período	(1.552)
Passivo atuarial líquido em 31/03/2017	75.909

As receitas e despesas reconhecidas como custo da operação estão demonstradas abaixo:

	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2016
Custo do serviço	538	250
Juros sobre obrigações atuariais	12.732	10.996
Rendimento esperado dos ativos do plano	(10.639)	(10.142)
Total da despesa	2.631	1.104

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial em 31 de dezembro foram:

	31/12/2016
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	10,99% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	7,29% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,0% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para a determinação das taxas nominais acima)	5,0% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT-83
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Light Média
Taxa de rotatividade esperada	Nula
Probabilidade de ingresso na aposentadoria	100% um ano após a primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral

Notas Explicativas

Não houve alteração nas premissas atuariais para o período findo em 31 de março de 2017.

(17) TAXAS REGULAMENTARES

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	245	245
Conta de desenvolvimento energético - CDE (nota 23.5)	40.019	44.102
Bandeiras tarifárias	5.232	7.478
	<u>45.496</u>	<u>51.825</u>

Conta de desenvolvimento energético – CDE: Refere-se: (i) a quota anual de CDE para o 1º. trimestre de 2017 no montante de R\$ 24.534 (R\$ 28.617 em 31 de dezembro de 2016), (ii) quota destinada à devolução do aporte CDE do período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014 no montante de R\$ 15.485 (R\$ 15.485 em 31 de dezembro de 2016). No período findo em 31 de março de 2017 a Companhia efetuou a compensação do montante a pagar de CDE e o contas a receber – Eletrobrás (nota 11) no montante de R\$ 54.670 (R\$ 68.217 no período findo em 31 de março de 2016).

Bandeiras tarifárias: Refere-se ao montante a ser repassado para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”).

(18) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Circulante</u>		
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	53.478	37.915
Programa de integração social - PIS	6.088	5.925
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	22.257	21.399
PIS/COFINS parcelamento (a)	9.764	9.507
Imposto de renda sobre o lucro	7.114	-
Contribuição social sobre o lucro	2.626	-
Outros	7.797	7.217
Total	<u>109.124</u>	<u>81.963</u>
<u>Não circulante</u>		
PIS/COFINS parcelamento (a)	25.096	26.814
	<u>25.096</u>	<u>26.814</u>

(a) Em novembro de 2015 a Receita Federal do Brasil deferiu o pedido de parcelamento do PIS e COFINS relativo aos meses de agosto e setembro de 2015, no valor total consolidado de R\$ 34.253.

O pagamento do parcelamento será feito em 60 (sessenta) parcelas mensais e consecutivas, com incidência de juros (i) Selic, acumulados mensalmente, calculados a partir da data do deferimento até o mês anterior ao do pagamento, e de (ii) 1% relativo ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado, conforme artigo 13 da Lei 10.522 de julho de 2002. Até 31 de março de 2017 foram liquidadas 17 parcelas e realizada a compensação parcial da parcela 60, no montante de R\$ 12.833.

Notas Explicativas**(19) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	31/03/2017		31/12/2016	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	Depósitos judiciais
Trabalhistas	36.585	34.583	28.148	29.942
Cíveis	13.954	12.072	12.267	6.637
Fiscais	14.741	11.373	14.290	12.244
Regulatórios	32.532	-	31.517	-
Outros	497	224	497	228
Total	98.309	58.252	86.719	49.051
Circulante	59.113	-	53.729	-
Não circulante	39.196	58.252	32.990	49.051

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas, regulatórios e outros, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/03/2017
Trabalhistas	28.148	7.116	(1.447)	(1.327)	4.095	36.585
Cíveis	12.267	3.308	(695)	(1.514)	588	13.954
Fiscais	14.290	-	-	-	451	14.741
Regulatórios	31.517	-	(10)	-	1.025	32.532
Outros	497	-	-	-	-	497
Total	86.719	10.424	(2.152)	(2.841)	6.159	98.309

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

Os detalhes da natureza das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas, regulatórios e depósitos judiciais estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Perdas possíveis

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, estavam assim representadas:

	31/03/2017	31/12/2016	Principais causas
Cíveis	184.690	171.243	Danos pessoais, impactos ambientais, majoração tarifária e e outros
Fiscais	21.497	20.752	Débitos fiscais de ICMS e processos administrativos impostos federais
Regulatórias	11.125	16.691	Processos de fiscalizações técnicas e comerciais e outros
Total	217.312	208.686	

As principais causas com perdas possíveis estão apresentadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(20) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Consumidores e concessionárias	10.573	16.398	45.038	44.711
Programa de eficiência energética - PEE	8.169	11.148	27.271	22.972
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	2.816	3.597	14.004	11.834
EPE / FNDCT / PROCEL	1.366	1.280	-	-
Folha de pagamento	194	2.320	-	-
Convênios de arrecadação	12.037	10.507	-	-
Convênio de devolução	5.220	5.095	-	-
Subsídios Eletrobrás - diferença de repasse	-	1.395	-	465
Outros	8.027	8.636	102	174
Total	48.402	60.376	86.415	80.156

Consumidores e concessionárias: Referem-se a contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos além de participações de consumidores no Programa de Universalização. O saldo de R\$ 45.038 (R\$ 44.711 em dezembro de 2016) no passivo não circulante refere-se à energia de curto prazo (CCEE) relacionada ao Despacho ANEEL nº 288 (nota 30).

(21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no patrimônio líquido da Companhia em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	%
CPFL Jaguariúna Participações Ltda.	403.644	122.807	526.451	99,85
Ações em tesouraria	810	5	815	0,15
Total	404.454	122.812	527.266	100,00

No primeiro trimestre de 2017, a Companhia constituiu Reserva Estatutária no valor de R\$ 5.373 correspondente à variação da expectativa de fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão (nota 10), líquida dos efeitos tributários. Essa reserva será realizada ao término do período de concessão, quando do pagamento da indenização pelo Poder Concedente.

A constituição dessa reserva está limitada ao saldo da conta "Lucro ou prejuízo acumulado", após a eventual constituição das Reservas para Contingências, de Incentivos Fiscais e de Lucros a Realizar.

Os detalhes dos demais itens incluídos no patrimônio líquido estão descritos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas

(22) LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

22.1 Lucro (prejuízo) por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro ou prejuízo por ação básico e diluído para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016 foi baseado no lucro e prejuízo líquido de cada período e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados:

	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2016
Numerador		
Lucro (prejuízo) líquido do período atribuído aos acionistas controladores	25.974	(21.561)
Denominador		
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	404.454	232.617
Ações em poder dos acionistas - ações preferenciais	122.812	68.901
Lucro (prejuízo) líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	48,14	(71,51)
Lucro (prejuízo) líquido básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$	52,95	(71,51)

Nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no resultado por ação.

(23) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Nº de Consumidores (*)		GWh		R\$ mil	
	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2016 Reclassificado
Receita de operações com energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	1.116.133	1.104.157	800	760	594.452	593.477
Industrial	7.089	7.511	214	405	131.280	249.443
Comercial	83.707	85.045	339	358	248.469	274.009
Rural	106.684	105.522	555	521	150.342	151.858
Poderes públicos	9.078	9.142	56	53	39.783	39.978
Iluminação pública	111	111	55	56	20.100	22.396
Serviço público	1.000	985	54	53	31.869	33.849
(-) Transferência da receita de ultrapassagem e excedente de reativos					(8.759)	(8.931)
Fornecimento faturado	1.323.802	1.312.473	2.073	2.207	1.207.536	1.356.079
Consumo próprio	103	105	1	1	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)					(37.604)	(11.191)
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo					(529.539)	(584.486)
Fornecimento de energia elétrica	1.323.905	1.312.578	2.074	2.207	640.393	760.402
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas					5.635	5.691
Energia elétrica de curto prazo					12.006	563
Suprimento de energia elétrica	1.323.905	1.312.578	2.074	2.207	17.641	6.254
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo					529.539	584.486
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre					65.943	30.060
Receita de construção da infraestrutura de concessão					84.663	67.788
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 8)					(116.773)	(155.271)
Atualização ativo financeiro da concessão (nota 10)					8.139	22.799
Aporte CDE - baixa renda e demais subsídios tarifários e descontos tarifários - liminares					103.277	84.313
Outras receitas e rendas					17.746	5.695
Outras receitas operacionais					692.534	639.870
Total da receita operacional bruta					1.350.568	1.406.526
Dedução da receita operacional						
ICMS					(314.438)	(328.198)
PIS					(22.763)	(23.425)
COFINS					(104.849)	(107.895)
PIS e COFINS - diferença de alíquota					(6.825)	(813)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(117.829)	(180.107)
Programa de P&D e eficiência energética					(6.669)	(6.023)
PROINFA					(4.736)	(1.489)
Bandeiras tarifárias					(5.226)	(59.834)
Outros					(736)	(726)
Receita operacional líquida					(584.071)	(708.510)
					766.497	698.016

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

23.1 - Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

As informações referentes à contabilização e histórico estão descritas na nota 23.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

23.2 Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) e Revisão Tarifária Extraordinária (“RTE”)

Em 12 de abril de 2016, a Diretoria Colegiada da ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) de 2016 da Companhia. As tarifas foram, em média, reajustadas em +3,94%, sendo -1,89% relativos ao reajuste econômico e +5,83% referentes aos componentes financeiros, em relação ao último evento tarifário ordinário (RTA/2015). O efeito médio a ser percebido pelos consumidores foi de -0,34% (conforme divulgado na Resolução Homologatória), quando comparado ao Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) ocorrida em abril de 2015. As novas tarifas têm vigência de 19 de abril de 2016 a 18 de abril de 2017.

A ANEEL aprovou, por meio da Resolução Homologatória nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015, o resultado da Revisão Tarifária Extraordinária – RTE, com o objetivo de reestabelecer a cobertura tarifária das distribuidoras de energia elétrica frente ao significativo aumento da quota CDE de 2015 e do custo de compra de energia (tarifa e variação cambial de Itaipu e de leilões de energia existente e ajuste). O efeito médio percebido pelo consumidor da área de concessão da Companhia foi de: +43,76% no grupo A, +36,23% no grupo B, total de +39,45% (conforme divulgado na Resolução Homologatória). As tarifas resultantes desta RTE estiveram vigentes de 2 de março de 2015 até 18 de abril de 2015.

Em 17 de abril de 2015, a Diretoria Colegiada da ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) de 2015 da Companhia. As tarifas foram, em média, reajustadas em +52,45%, sendo +45,91% relativos ao reajuste econômico e +6,54% referentes aos componentes financeiros, em relação ao último evento tarifário ordinário (RTA/2014). O efeito médio a ser percebido pelos consumidores foi de +5,46% quando comparado à Revisão Tarifária Extraordinária (“RTE”) ocorrida em março de 2015. As novas tarifas tiveram vigência de 19 de abril de 2015 a 18 de abril de 2016.

23.3 – Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares

23.3.1 - Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No período de três meses findo em 31 de março de 2017, foi registrada receita de R\$ 103.277 (R\$ 84.313 no período de três meses findo em 31 de março de 2016), sendo (i) R\$ 6.083 (R\$ 5.361 no período de três meses findo em 31 de março de 2016) referentes à subvenção baixa renda e (ii) R\$ 97.194 (R\$ 78.952 no período de três meses findo em 31 de março de 2016) referentes a outros descontos tarifários, em contrapartida ao contas a receber – Eletrobrás (nota 11).

23.3.2 - Descontos tarifários - liminares

A Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia Elétrica (“ABRACE”) obteve liminar em julho de 2015, que desobrigava suas associadas a pagarem itens específicos do encargo da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético). A obrigação de recolhimento da cota da CDE não foi alterada e as distribuidoras arcaram com esse déficit de receita. No processo tarifário posterior à decisão da liminar, a ANEEL concedeu um componente financeiro na tarifa para recuperação desta receita.

Todavia, a decisão da diretoria da ANEEL foi reformada e exarada pelo Despacho nº 1.576/2016, que revogou o Despacho nº 2.792/2015, e foi determinado às distribuidoras deduzirem o total dos efeitos das liminares do pagamento das cotas mensais da CDE. Desta forma, foi estabelecido que este déficit de receita será de responsabilidade da Eletrobrás.

Notas Explicativas

Em função do novo procedimento definido no Despacho nº 1.576/2016 foi necessário:

- (i) registrar uma receita na rubrica Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares em contrapartida na rubrica contas a receber - Eletrobrás (nota 11) no montante de R\$ 2.539;
- (ii) registrar passivo financeiro setorial (nota 8) em contrapartida à receita de ativo e passivo financeiro setorial no montante de R\$ 1.449, que será ressarcido aos consumidores no próximo processo tarifário.

23.4 - Bandeiras tarifárias

O sistema de aplicação das Bandeiras Tarifárias está descrito na nota 23.4 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

No período de três meses findo em 31 de março de 2017 a Companhia faturou dos consumidores o montante de R\$ 5.226 (R\$ 59.834 no período de três meses findo em 31 de março de 2016) de Bandeira Tarifária, registrados na rubrica “Bandeiras tarifárias”.

No período de três meses findo em 31 de março, a ANEEL homologou as Bandeiras Tarifárias faturadas de novembro de 2016 a janeiro de 2017. O valor faturado nesse período foi de R\$ 7.484, deste montante R\$ 332 foram utilizados para compensar parte do ativo e passivo financeiro setorial (nota 8) e R\$ 7.080 foram repassados para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias e R\$ 72 outros.

23.5 – Conta de desenvolvimento energético (“CDE”)

A ANEEL, por meio da REH nº 2.204 de 07 de março de 2017, nº 2018, de 2 de fevereiro de 2016 estabeleceu as quotas anuais definitivas da CDE Uso e CDE Energia. Essas quotas contemplam: (i) quota anual da conta CDE – Uso; e (ii) quota CDE – Energia, referente a parte dos aportes CDE recebidos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014, que deverá ser recolhida dos consumidores e repassada à Conta CDE em até cinco anos a partir da RTE de 2015. Adicionalmente, por meio da REH nº 1.863, de 31 de março de 2015, a ANEEL estabeleceu mais uma quota destinada à amortização da Conta ACR, com recolhimento e repasse à Conta CDE por um período médio de cinco anos a partir do processo tarifário ordinário (RTA) de 2015.

(24) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R\$ mil	
	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2016 Reclassificado
Energia comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	486	496	94.581	100.142
Energia de curto prazo	89	160	10.965	5.255
PROINFA	42	44	10.732	16.284
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais	1.888	2.032	344.309	315.303
Crédito de PIS e COFINS			(41.420)	(38.839)
Subtotal	2.505	2.732	419.167	398.145
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos de rede básica			42.106	38.259
Encargos de transporte de Itaipu			2.491	2.463
Encargos de conexão			9.689	8.164
Encargos de serviço do sistema - ESS			(11.538)	31.035
Encargos de energia de reserva - ERR			-	11.707
Crédito de PIS e COFINS			(4.946)	(8.476)
Subtotal			37.802	83.152
Total			456.969	481.297

Notas Explicativas

(25) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Despesa operacional						Total	
	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2016	Vendas		Gerais e administrativas		Outros		1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2016
					1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2016		
Pessoal	25.999	20.384	-	-	8.454	7.442	7.239	9.069	-	-	41.692	36.895
Entidade de previdência privada	2.631	1.104	-	-	-	-	-	-	-	-	2.631	1.104
Material	6.628	8.027	-	-	1.071	1.326	1.024	664	-	-	8.723	10.017
Serviços de terceiros	10.992	7.738	-	-	5.933	7.097	13.634	14.605	-	-	30.559	29.440
Amortização	26.779	25.386	-	-	421	697	1.589	1.328	7.107	7.101	35.896	34.512
Custos com construção da infraestrutura	-	-	84.663	67.788	-	-	-	-	-	-	84.663	67.788
Outros	16.910	16.942	-	-	3.001	11.764	10.463	6.106	-	-	30.374	34.812
Taxa de arrecadação	2.876	2.763	-	-	-	-	-	-	-	-	2.876	2.763
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	8.027	14.038	-	-	-	-	8.027	14.038
Arrendamento e aluguéis	4.097	3.231	-	-	28	33	(282)	(300)	-	-	3.843	2.964
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	2	628	52	-	-	628	54
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	9.202	5.306	-	-	9.202	5.306
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	36	33	-	-	36	33
Outros (*)	9.937	10.948	-	-	(5.054)	(2.309)	879	1.015	-	-	5.762	9.654
Total	89.939	79.581	84.663	67.788	18.880	28.326	33.949	31.772	7.107	7.101	234.538	214.568

(*) Outros é composto por ganhos e perdas na desativação e alienação de ativos; multas regulatórias e compensatórias.

(26) RESULTADO FINANCEIRO

	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2016 Reclassificado
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	5.167	3.437
Acréscimos e multas moratórias	17.057	13.295
Atualização de depósitos judiciais	818	198
Atualizações monetárias e cambiais	(584)	3.366
Atualização do ativo financeiro setorial (nota 8)	-	11.599
Outros	(686)	5.315
Total	21.772	37.210
Despesas		
Encargos de dívidas	(42.052)	(63.911)
Atualizações monetárias e cambiais	(6.927)	(4.195)
(-) Juros capitalizados (nota 12)	810	983
IOF	(680)	(231)
Atualização do ativo financeiro setorial (nota 8)	(1.113)	-
Outros	(3.020)	(4.637)
Total	(52.982)	(71.991)
Resultado financeiro	(31.210)	(34.781)

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 11,97% a.a. no período de três meses findo em 31 de março de 2017 (11,97% a.a. no período de três meses findo em 31 de março de 2016) sobre os ativos intangíveis qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

Notas Explicativas

(27) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A controladora direta da Companhia é a CPFL Jaguariúna, tendo como controladora indireta a CPFL Energia, que tem como acionistas controladores as seguintes Companhias:

- State Grid Brazil Power Participações Ltda.: Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético;
- ESC Energia S.A.: Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações Ltda.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão descritas na nota 27 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Para zelar que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a controladora CPFL Energia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por representantes dos acionistas controladores, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A remuneração total do pessoal-chave da Administração nos três meses findo em 31 de março de 2017, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 28 (R\$ 1.733 no período de três meses findo em 31 de março de 2016). Este valor é composto por R\$ 28 (R\$ 1.646 no período de três meses findo em 31 de março de 2016) referente a benefícios de curto prazo, (R\$ 19 no período de três meses findo em 31 de março de 2016) de benefícios pós-emprego e (R\$ 68 no período de três meses findo em 31 de março de 2016) de outros benefícios de longo prazo, e referem-se a valores registrados pelo regime de competência.

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Jaguariúna Participações S.A Energia, são como seguem:

	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/Custo	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Saldo bancário e aplicação financeira								
Banco do Brasil S.A.	-	2.789	-	-	-	-	-	-
Banco Votorantim S.A.	-	8.040	-	-	-	-	-	-
Debêntures								
Banco do Brasil S.A.	-	-	-	250.082	-	-	-	-
Banco Votorantim S.A.	-	-	-	131.730	-	-	-	-
Compra e venda de energia e encargos								
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	7	7	-	-	29	-
CERAN Companhia Energética Rio das Antas	-	-	258	254	-	-	815	-
BAESA Energetica Barra Grande S.A.	-	-	77	97	-	-	284	-
Foz do Chapeco Energia S.A.	-	-	1.737	1.715	-	-	5.348	-
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	398	250	-	-	1.583	-
CPFL GERACAO DE ENERGIA S/A	-	-	9	8	-	-	35	-
Desa Morro dos Ventos II S.A	-	-	83	-	-	-	278	-
Rio Grande Energia S.A.	-	-	471	498	-	-	1.101	-
Expansion transmissão de energia elétrica S.A.	-	-	197	-	-	-	590	-
Expansion trans. Itumbiara Marimbondo	-	-	82	-	-	-	245	-
PPTTE - Porto primavera transmissora de energia Ltda.	-	-	94	-	-	-	265	-
Itumbiara transmissora de energia Ltda.	-	-	223	-	-	-	668	-
Serra da mesa transmissora de energia S.A.	-	-	135	-	-	-	404	-
Serra Paracatu transmissora de energia	-	-	39	-	-	-	116	-
Rinerião Preto transmissora de energia	-	-	33	-	-	-	99	-
Poços de Caldas transmissora de energia	-	-	42	-	-	-	136	-
Iracema transmissora de energia S.A.	-	-	25	-	-	-	76	-
Linhas de transmissão do Itatim S.A.	-	-	53	-	-	-	160	-
Catxere transmissora de energia S.A.	-	-	60	-	-	-	182	-
Araraquara transmissora de energia S.A.	-	-	26	-	-	-	79	-
Linhas de transmissão de Montes Claros S.A	-	-	28	-	-	-	84	-
Matrincha transmissora de energia	-	-	192	-	-	-	557	-
Guaraciaba transmissora de energia	-	-	93	-	-	-	284	-

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da AES Guaíba II Empreendimentos Ltda., entidades sob controle comum ou influência significativa no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2016, são como seguem:

Notas Explicativas

	Despesa/Custo	
	31/03/2017	31/03/2016
Fornecedores		
AES Big Sky - Fornecedores	-	418
AES Eletropaulo - Sublocação	-	32

(28) GESTÃO DE RISCOS

A estrutura do gerenciamento de riscos e os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota explicativa nº 29 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

(29) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria	Mensuração	Nível (*)	31/03/2017		31/12/2016	
					Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo								
Caixa e equivalente de caixa	5	(a)	(2)	Nível 1	214.963	214.963	126.865	126.865
Caixa e equivalente de caixa	5	(a)	(2)	Nível 2	-	-	19.060	19.060
Ativo financeiro da concessão	10	(b)	(2)	Nível 3	1.055.455	1.055.455	1.019.658	1.019.658
					1.270.418	1.270.418	1.165.583	1.165.583
Passivo								
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	(a)	(1)	Nível 2 (**)	61.083	59.412	67.028	61.993
Debêntures - principal e encargos	15	(c)	(1)	Nível 2 (**)	1.154.342	1.157.601	1.113.820	1.114.025
					1.215.425	1.217.013	1.180.848	1.176.018

Legenda

Categoria:	Mensuração:
(a) - Valor justo contra o resultado	(1) - Mensurado ao custo amortizado
(b) - Disponível para venda	(2) - Mensurado ao valor justo
(c) - Outros passivos financeiros	

(*) Refere-se à hierarquia para determinação do valor justo

(**) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas informações contábeis intermediárias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) contas a receber - Eletrobrás, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) serviços prestados a terceiros, (v) convênios de arrecadação e (vi) ativo financeiro setorial;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) consumidores, concessionárias e permissionárias, (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, (v) Empresa de Pesquisa Energética - EPE, (vi) Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, (vii) convênios de arrecadação, (viii) descontos tarifários – CDE, e (ix) passivo financeiro setorial.

Adicionalmente, no período de três meses findo em 31 de março de 2017 não houve transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

Notas Explicativas

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como disponível para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado no período de três meses findo em 31 de março de 2017 R\$ 8.139 (R\$ 22.799 no período de três meses findo em 31 de março de 2016), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 23.

b) Análise de sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/2008, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (CDI, SELIC e TJLP), conforme demonstrado:

b.1) Variação das taxas de juros

Supondo: (i) que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de março de 2017 fosse mantido, e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulados nos últimos 12 meses para esta data base permaneçam estáveis (CDI 12,13% a.a.; TJLP 7,50% a.a.; IPCA 4,57% a.a. e SELIC 13,86% a.a.), o efeito que seria registrado nas demonstrações financeiras para os próximos 12 meses seria uma despesa financeira líquida de R\$ 100.908 (CDI R\$ 114.476, TJLP R\$ 391, IPCA (R\$ 48.234) e SELIC R\$ 34.275). Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da despesa financeira líquida seria impactado em:

Notas Explicativas

Instrumentos	Exposição	Risco	Cenário I (a)	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	210.598		(5.602)	(616)	4.370
Instrumentos financeiros passivos	(1.154.342)		30.705	3.376	(23.953)
	(943.744)	alta CDI	25.103	2.760	(19.583)
Instrumentos financeiros passivos	(5.207)		26	(65)	(156)
	(5.207)	alta TJLP	26	(65)	(156)
Ativo financeiro da concessão	1.055.455		(4.011)	(15.067)	(26.123)
	1.055.455	baixa IPCA	(4.011)	(15.067)	(26.123)
Ativos e passivos financeiros setoriais	(247.296)		10.337	4.352	(1.632)
	(247.296)	alta SELIC	10.337	4.352	(1.632)
Total	(140.792)		31.455	(8.020)	(47.494)

(a) Os índices de CDI, TJLP, IPCA e SELIC considerados de: 12,13%, 7,50%, 4,57% e 13,86%, respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário I.

(30) EXPOSIÇÃO DECORRENTE DE PREÇOS ENTRE SUBMERCADOS - CCEE

A Companhia é parte ativa no processo nº 2002.34.00.026509-0, cujo pleito é a anulação dos efeitos do Despacho ANEEL nº 288, que determinou a obrigatoriedade da adesão ao mecanismo de alívio de exposição financeira para as operações realizadas no âmbito do extinto Mercado Atacadista de Energia (MAE), atualmente Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). As transações efetuadas sem a adesão ao mecanismo de alívio de exposição de diferença de preços entre os submercados resultaram num ganho de R\$ 437.800 (nota 6) e, em 16 de maio de 2002, a ANEEL emitiu o Despacho nº 288, considerando ilegal a opção da Companhia durante o período anterior à aprovação do ato.

A Companhia, mesmo não concordando com o Órgão Regulador e mantendo o questionamento judicial do Despacho nº 288, registrou em 31 de dezembro de 2002, por tratar-se de ativo contingente, provisão para perdas sobre esse crédito, no montante de R\$ 437.800 (nota 6).

Durante o período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, a Companhia efetuou transações de compra e venda de energia no âmbito da CCEE, resultando no montante líquido a pagar de R\$ 56.739 (R\$ 130.135 atualizados até 31 de março de 2017) (nota 13), cujo pagamento está suspenso por conta de decisão judicial obtida em Medida Cautelar n. 0043277-81.2012.4.01.0000/DF.

Com o ajuizamento do processo nº 2002.34.00.026509-0, a Companhia obteve liminar a fim de que os valores que o Despacho nº 288 lhe suprimiram, fossem imediatamente pagos. Em decorrência disso, a ANEEL e a CCEE executaram os atos necessários para tanto, determinando a um conjunto de empresas que depositasse os valores em favor da Companhia. Parte dessas empresas se insurgiu contra a decisão e, em 10 de novembro de 2008, a Companhia recebeu o valor de R\$ 27.783 de empresas que não obtiveram liminares. Em 18 de novembro de 2008 foi proferida decisão reconsiderando, em parte, a antecipação de tutela, para torná-la sem efeito no tocante à imposição à ANEEL da obrigação de contabilizar esses valores em favor da Companhia e, em função dessa decisão, a Companhia registrou um passivo no mesmo montante, que atualizado até 31 de março de 2017 corresponde a R\$ 45.038 (nota 20).

Em 29 de junho de 2012, foi publicada a sentença do processo nº 2002.34.00.026509-0, que julgou improcedentes os pedidos da Companhia. De acordo com a sentença, a adesão ao mecanismo de alívio de exposição deve ser entendida como mandatória – e não facultativa, conforme defendido pela Companhia – e o Despacho nº 288 considerado como legal.

Em 11 de julho de 2012, a Companhia interpôs recurso de apelação contra tal sentença que, em 27 de março de 2014, por maioria de votos (2x1), foi provido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, determinando a ilegalidade do Despacho nº 288. As partes requeridas no processo apresentaram recursos de embargos de

Notas Explicativas

declaração contra esta decisão. Em 15 de janeiro de 2016 foi publicada decisão negando provimento aos recursos e mantendo a decisão favorável à Companhia. Ainda no Tribunal Regional Federal da 1ª Região as partes requeridas apresentaram recursos de embargos infringentes, visando à modificação do mérito da decisão favorável obtida pela Companhia. Os recursos aguardam julgamento.

Além da existência da discussão judicial sobre a legalidade do Despacho nº 288, diversos agentes do mercado de energia elétrica ingressaram em juízo contra a Companhia objetivando a cobrança dos valores dos créditos oriundos da liquidação promovida pela CCEE sob os efeitos do Despacho nº 288, sendo que a única ação desta natureza que prosperou foi a ajuizada pela Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S.A., cuja liquidação ocorreu em 27 de setembro de 2016, encerrando desta forma a ação de cobrança no valor atualizado de R\$ 16.644, sendo de (i) principal R\$ 2.503, (ii) correção monetária e juros R\$ 12.603 e (iii) custas judiciais e honorários de R\$ 1.538.

(31) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuía no período de três meses findo em 31 de março de 2017, um valor de R\$ 810 (R\$ 983 no período de três meses findo em 31 de março de 2016) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição.

(32) EVENTO SUBSEQUENTE

32.1 – Ajuste para reversão do Encargo de Energia de Reserva (“EER”) de Angra III

A ANEEL aprovou por meio da Resolução Homologatória nº 2.214, de 28 de março de 2017 a republicação das Tarifas de Energia – TE e Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição – TUSD, com o objetivo de devolução da previsão do EER da central geradora UTN Almirante Álvaro Alberto – Unidade III (Angra III). O efeito médio percebido pelos consumidores será negativo de -15,28% (conforme divulgado pela própria ANEEL). As tarifas resultantes desta reversão serão vigentes somente no mês de abril de 2017, no entanto, como o período de leitura do faturamento de cada unidade consumidora não coincide como mês civil, essa redução se dará na receita faturada de abril e maio de 2017, tendo seu impacto diluído entre os dois períodos.

32.2 - Reajuste Tarifário Anual

Em 13 de abril de 2017, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.218, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 18 de abril de 2017, em -0,20%, sendo 2,95% referentes ao reajuste tarifário econômico e -3,15% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de -6,43%.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre a revisão de informações trimestrais

Ao

Conselho de Administração e Acionistas da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.

Porto Alegre - RS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas

expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

2

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa 2.6, os valores correspondentes referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2016, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23, Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado - DVA, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR.

Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 28 de abril de 2017.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/F-6

Américo F. Ferreira Neto

Contador CRC-1SP192685/O-9